

## **Freddie Mercury e Renan Calheiros**

(16.11.2007)

Quando Farrokh Bommi Bulsara, o Freddie Mercury, vocalista da banda de rock Queen, disse a célebre frase "The show must go on" (em inglês, o show precisa continuar), naquele momento estava profetizada a sorte não apenas da vida, mas em especial a dos políticos brasileiros. Pode parecer sandice querer misturar rock com política e roqueiro com parlamentar, mas a batida sonora da música que já arrastou, e continua arrastando, multidões é que empresta ritmo à baderna em que se transformou o cenário político nacional.

Durante o julgamento de Renan Calheiros, na última quarta-feira (14/11), no Conselho de Ética do Senado, ficou claro e evidente que o mais importante é salvar a pele de oitenta senadores, jogando ao Coliseu da opinião pública um transgressor que servirá como boi de piranha para a manada política atravessar o riacho da impunidade.

Valendo-se de seus já conhecidos ardis, a imprensa tupiniquim assistiu calada a um julgamento que fugiu da lógica processual. Acusado de usar "laranjas" para viabilizar a compra de veículos de comunicação em Alagoas, o que lhe permitiria caminhar à margem da lei, Renan Calheiros foi acusado de quebra de decoro parlamentar. Relator do processo que analisou o assunto em questão, o senador Jefferson Peres (PDT-AM) entendeu que os indícios apurados no decorrer das investigações eram suficientes para pedir a cassação do alagoano. "Um conjunto de indícios tão fortes vale mais que uma prova", disse Peres durante a leitura do relatório.

Considerando que julgamentos políticos seguem o rito do Direito Processual, não se pode admitir que indícios sejam suficientes para condenar alguém ao patíbulo da vida pública. Não se trata, em hipótese alguma, de fazer de Renan Calheiros um querubim do agreste, mas de permanecer fiel ao que determina a lei. Condenar alguém de maneira aleatória – sem as provas minimamente necessárias – é vilipendiar o bom Direito, cuja máxima acadêmica do "in dubio pro réu" (em dúvida, a favor do réu) tão bem explica.

Para que não paire no ar especulações chicaneiras, apelar aos bons dicionários da língua portuguesa é uma obrigatoriedade quando casos polêmicos tomam conta do noticiário. Para o conhecido e badalado Houaiss, o vernáculo "prova" significa "aquilo que demonstra que uma afirmação ou um fato são verdadeiros; evidência, comprovação". Já a palavra "indício", tem, também no Houaiss, o seguinte significado jurídico: "circunstância que possui relação com o fato delituoso, possibilitando a construção

de hipóteses com ele relacionadas sobre a autoria e seus demais aspectos, e que pode ser utilizada como prova em processo judicial". Ou seja, indício não passa de mera suposição no âmbito processual. E muitos são os casos que na Justiça foram sepultados por falta de provas e excesso de indícios.

De tal modo, atirar Renan Calheiros num processo de cassação é algo temerário, pois tal ato configura a banalização da condenação por indícios, e não por provas. Alguns senadores, membros do Conselho de Ética, admitiram, nos bastidores, que a condenação de Renan no processo das rádios era resultado dos resquícios do escândalo Mônica Veloso. Ora, se não houve a prática do crime continuado, um assunto nada tem a ver com o outro, por mais que o tema central dos imbróglios renanzistas seja a quebra do decoro.

Não duvido que Renan Calheiros seja o verdadeiro dono das rádios alagoanas, mas daí a provar a materialidade do fato existe uma abissal distância. Tal tese pode parecer esdrúxula para muitos, mas é preciso considerar que se a pena em casos semelhantes fosse a força, o paredão de fuzilamento ou a cadeira elétrica, Renan estaria a um passo da morte por conta de um conjunto de fortes indícios.

Como contornar tão dual situação? Com uma profunda revisão das leis, normalmente redigidas por advogados contratados pelos legisladores, que pela evidente e já sabida ignorância desconhecem como fazer a lição de casa. E nenhum advogado, gozando da plena sanidade, irá redigir uma lei que possa atravancar seu próprio trabalho mais à frente.

Imaginar que políticos desembarcam em Brasília para representar a vontade popular é um devaneio desmedido, explicado com muita facilidade pela aritmética eleitoral. Quem ousar perguntar a um político por quais motivos um candidato a deputado federal investe R\$ 1,5 milhão em três meses de campanha para receber perto de R\$ 800 mil em quatro anos de mandato, certamente ficará sem resposta. E deixo de fora dessa conta bizarra os candidatos ao Senado, para minimizar o sofrimento do eleitorado. Tal situação mostra que o Congresso Nacional nada mais é que um clube privado de negócios, cujos operadores, eleitos pela maioria, lá chegam para defender os interesses de uma minoria abastada e prepotente. Sem contar que privilegiam, em primeira mão, os próprios desejos.

Mas ao que leva toda essa chicana jurídica que recobre o caso Renan Calheiros? Tudo muito simples, se considerada a aritmética eleitoral acima citada. Quem no Congresso está deve servir aos seus senhores. Analisar a política de maneira isolada quase nada ajuda na compreensão de um mundo tão sujo quanto complexo, servindo exclusivamente para que o cidadão possa chegar ao boteco da esquina sem ser um alienado por completo. Por trás da formalidade que as tais "Vossas Excelências" impõem aos plenários do Congresso há um oceano de interesses diversos, que nem de longe alcançam o raciocínio do brasileiro.

Julgar e condenar valendo-se do próprio raciocínio é a mais fácil das tarefas. Difícil é julgar com o pensamento do acusado. Quando se julga com a própria cabeça, muitas vezes cometem-se equívocos irreparáveis. Absolver Renan Calheiros seria admitir que o Congresso é movido a negócios espúrios. Quem ainda duvidar de tal relação, que trace um paralelo entre as atividades dos financiadores de

campanha e os projetos apresentados pelos eleitos. Sem contar que muitas vezes o “trança-trança” de projetos entre correligionários apaga as pistas desse lamacento mundo de negócios.

Não é de hoje, política é um negócio altamente lucrativo. Alguns gastam tostões para faturar milhões. Outros deixam dívidas para trás para lucrar quíteras. Mas no final todos ganham. Tão farto negócio precisa continuar, especialmente porque a evolução patrimonial desses falsos representantes do povo não pode parar. A nódoa da corrupção já é evidente no couro da política, e minimizá-la é a ordem do dia, mesmo que para tal se condene por indícios, e não por provas. Afinal, como bem disse, um dia, o roqueiro Freddie Mercury, o show precisa continuar.

ATENÇÃO: O inteiro teor do site ([www.uchohaddad.com.br](http://www.uchohaddad.com.br)) e a obra aqui reproduzida estão sob a proteção da Lei de Direitos Autorais.

Todos os direitos reservados - Copyright © 2013 - Ucho Haddad